

---

## Crime, violência e incerteza política no Brasil<sup>1</sup>

---

PAULO DE MESQUITA NETO

### O aumento da criminalidade e da violência

A informação disponível no Brasil não reflete adequadamente a magnitude e a distribuição da criminalidade e da violência no país. A informação mais confiável diz respeito aos homicídios e a outras formas de violência resultando em morte. O Ministério da Saúde disponibiliza informações sobre o número de mortes resultantes de homicídio ou agressão e outras formas de violência em todos os estados e municípios brasileiros desde 1979, com base na análise dos atestados de óbito.<sup>2</sup> Entretanto, um número significativo de mortes violentas ainda são registradas como resultantes de eventos cuja intenção é indeterminada (Quadro 1).<sup>3</sup> Além disso, o Ministério da

1. Texto preparado para o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, de 20 a 24 de novembro de 2000. Este texto é uma versão revisada daquele apresentado na conferência internacional "Crime and Policing in Transition: Comparative Perspectives", no Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul, 30 de agosto/1º de setembro de 2000.
2. Informação disponível no *Infoweb* ([www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)).
3. Em 1998, o Ministério da Justiça registrou 117.603 mortes violentas ou resultantes de causas externas. Dentro deste universo, 41.916 mortes (35%) foram causadas por agressões e 13.117 mortes (11%) foram causadas por eventos cuja intenção é indeterminada e conseqüentemente podem ter sido eventualmente causadas por agressões ou homicídios.

**Quadro 1.** Mortes violentas resultantes de agressões e eventos cuja intenção é indeterminada (Brasil, 1998).

	Agressão	Intenção indeterminada	População	Agressão/ 100.000 hab.	Intenção indeterminada/ 100.000 hab.	Intenção indeterminada/ Agressão
<b>Brasil</b>	41.916	13.117	161.790.311	25,91	8,11	0,31
Rondônia	494	46	1.276.173	38,71	3,60	0,09
Acre	110	79	514.050	21,40	15,37	0,72
Amazonas	534	65	2.520.684	21,18	2,58	0,12
Roraima	133	1	260.705	51,02	0,38	0,01
Pará	772	194	5.768.476	13,38	3,36	0,25
Amapá	160	—	420.834	38,02	0,00	0,00
Tocantins	129	34	1.107.803	11,64	3,07	0,26
Maranhão	277	535	5.356.853	5,17	9,99	1,93
Piauí	142	52	2.714.999	5,23	1,92	0,37
Ceará	946	179	7.013.376	13,49	2,55	0,19
Rio G. Norte	222	271	2.624.397	8,46	10,33	1,22
Paraíba	420	24	3.353.624	12,52	0,72	0,06
Pernambuco	4.422	292	7.523.755	58,77	3,88	0,07

**Quadro 1** (continuação)

	Agressão	Intenção indeterminada	População	Agressão/ 100.000 hab.	Intenção indeterminada/ 100.000 hab.	Intenção indeterminada/ Agressão
Alagoas	582	13	2.688.117	21,65	0,48	0,02
Sergipe	175	566	1.684.953	10,39	33,59	3,23
Bahia	1.271	1.308	12.851.268	9,89	10,18	1,03
Minas Gerais	1.511	2.499	17.100.314	8,84	14,61	1,65
Espírito Santo	1.675	84	2.895.547	57,85	2,90	0,05
Rio de Janeiro	7.596	2.457	13.681.410	55,52	17,96	0,32
São Paulo	13.985	2.196	35.284.072	39,64	6,22	0,16
Paraná	1.624	319	9.258.813	17,54	3,45	0,20
Santa Catarina	408	172	5.028.339	8,11	3,42	0,42
Rio Grande Sul	1.520	588	9.866.928	15,40	5,96	0,39
Mato Grosso Sul	670	144	1.995.578	33,57	7,22	0,21
Mato Grosso	831	31	2.331.663	35,64	1,33	0,04
Goiás	703	890	4.744.174	14,82	18,76	1,27
Distrito Federal	633	78	1.923.406	32,91	4,06	0,12

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM.

Saúde não tem registro de aproximadamente 20% do número total de mortes no país.<sup>4</sup>

Desde a transição para a democracia, alguns governos estaduais disponibilizam informações sobre o número de crimes registrados pela polícia. Entretanto, os métodos para registro de crimes e a qualidade das informações variam de maneira significativa nos estados brasileiros.<sup>5</sup>

Uma série de pesquisas de vitimização foram conduzidas desde a transição para a democracia, mostrando que uma porcentagem significativa de crimes não são comunicados à polícia. No estado de São Paulo, segundo a Pesquisa de Condições de Vida de 1998, da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), 5,9% da população, ou 1,65 milhões de pessoas, foram vítimas de roubo ou furto nos doze meses anteriores à realização da pesquisa, e destas pessoas apenas 45,5% recorreram à polícia.<sup>6</sup>

Apesar dessas limitações, a informação disponível é suficiente para mostrar que, desde a transição para a democracia,

houve um aumento significativo da criminalidade e da violência no país, particularmente das mortes resultantes de homicídio ou agressão.

Nas décadas de 1980 e 1990, o número de mortes violentas aumentou de 70.212 em 1980 para 117.603 em 1998 (+67,5%). No mesmo período, o número de mortes resultantes de homicídio aumentou de 13.910 para 41.916 (+201,3%). A porcentagem de mortes resultantes de agressões ou homicídio, em relação ao número total de mortes violentas, aumentou de 19,8% para 35,6%. A taxa de homicídio por 100 mil habitantes aumentou de 11,7 em 1980 para 25,90 em 1998.<sup>7</sup>

Além disso, houve um aumento significativo da taxa de homicídio cometido com arma de fogo por 100 mil habitantes. De 1980 para 1996, enquanto a taxa de homicídio cresceu de 11,7 para 23,7/100 mil (+102,5%), a taxa de homicídio com arma de fogo aumentou de 5,1 para 14,0 (+174,5%). A porcentagem de homicídios cometidos com arma de fogo em relação ao número total de homicídios aumentou de 43,6% para 59,0% (Quadro 2).

4. Ver Catão (1999:9). A porcentagem é mais alta nas regiões Norte (41,3%) e Nordeste (44,9%) e ainda maior em alguns estados como Maranhão (70,6%) e Piauí (68,9%).

5. O estado de São Paulo publica as estatísticas de ocorrências criminais a cada três meses no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* ([www.inesp.com.br](http://www.inesp.com.br)) e todos os anos no *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)).

6. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conduziu uma pesquisa de vitimização em 1988 (IBGE, 1990); o United Nations International Crime and Justice Research Institute em 1992 (ZVERKIC e FRATE, 1995); a Organização Pan-Americana da Saúde em 1996 (BRICEÑO-LEON et al., 1999); o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Superior de Estudos da Religião em 1995-96 (PANDOLFI et al., 1999, CPDOC-FGV/ISER, 1997); o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, juntamente com o DataFolha, em 1997 (ILANUD, 1998); a Fundação Seade em 1998 ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)); o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP em 1999 (CARDIA, 1999). Entretanto, a maioria das pesquisas focaliza as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A pesquisa conduzida pelo NEV-USP em 1999 focalizou as capitais de dez estados brasileiros. Apenas a pesquisa do IBGE, em 1988, teve alcance nacional.

7. Dados do Ministério da Saúde/Datasus/SIM e IBGE.

Quadro 2. Homicídios e armas de fogo (Brasil, 1980-1996).

	Homicídios por 100 mil hab.	Homicídios por arma de fogo por 100 mil hab.
1980	11,7	5,1
1981	12,9	5,3
1982	12,9	5,1
1983	14,1	5,0
1984	15,6	6,1
1985	14,9	6,3
1986	15,5	6,5
1987	17,1	7,8
1988	17,0	7,6
1989	20,5	9,4
1990	22,0	11,4
1991	20,8	10,6
1992	19,1	9,9
1993	20,3	12,3
1994	21,3	14,3
1995	23,9	14,0
1996	23,7	14,0

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM (in CATÃO, 1999:38 e 60).

### Distribuição desigual

A informação disponível também mostra que o risco de morte por homicídio ou agressão está distribuído desigualmente entre as diversas áreas geográficas e os diversos grupos sociais. Apesar de o risco de morte violenta ter crescido em todos os estados brasileiros, a taxa de crescimento variou significativamente dependendo da área geográfica e do grupo social.

Em 1998, o Distrito Federal e nove estados registraram taxas de morte resultante de agressão superiores à taxa do Brasil (Quadro 1). Cinco estados na fronteira Norte e Centro-Oeste: Roraima (51,02/100 mil), Rondônia (38,71), Amapá (38,02),

Mato Grosso (35,64), Mato Grosso do Sul (33,57). Quatro estados com regiões metropolitanas registrando crescimento rápido e/ou desordenado no Sudeste e Nordeste: Pernambuco (58,77/100 mil), Espírito Santo (57,85), Rio de Janeiro (55,52) e São Paulo (39,64). A taxa de morte resultante de agressão para o Distrito Federal foi 32,91.

Dezesseis estados registraram uma taxa inferior à taxa brasileira. Seis estados registraram taxas de morte resultante de agressão inferior a 10/100 mil: Bahia (9,89), Minas Gerais (8,84), Rio Grande do Norte (8,46), Santa Catarina (8,11), Maranhão (5,17) e Piauí (5,23).<sup>8</sup>

Comparando os períodos 1980-84 e 1990-95, a taxa média de morte por homicídio aumentou no Distrito Federal e 24 estados, e diminuiu em apenas dois estados (Quadro 4). Os estados de Mato Grosso (+165,3%) e Sergipe (+161%) registraram o maior aumento. Os estados de Minas Gerais (-10%) e Piauí (-2,3%) registraram declínio na taxa de morte por homicídio (ver Quadro 3). A taxa média de homicídio com arma de fogo aumentou no Distrito Federal e em todos os 26 estados. Os maiores aumentos foram registrados nos estados de Roraima (2.600%), Sergipe (333%), Distrito Federal (268%), Bahia (238,9%), Rio Grande do Sul (233,3%), Mato Grosso (231%) e Acre (205,3%).

O crescimento da violência é em grande parte concentrado em áreas urbanas e regiões metropolitanas. Enquanto no Brasil o número de mortes resultantes de homicídio ou agressão aumentou de 13.910 em 1980 para 41.916 em 1998 (+201,3%), nas vinte e seis capitais de estado e no Distrito Federal esse número aumentou de 4.947 em 1980 para 15.286 em 1998 (209%). Nas doze regiões metropolitanas do país, esse número aumentou de 6.552 em 1980 para 23.770 em 1998 (+262,8%).

8. Esses seis estados têm um número relativamente alto de mortes que não são registradas ou são registradas como decorrentes de eventos cuja intenção é indeterminada. Ver Quadro 1.

Quadro 3. Mudança em taxas de homicídio (Brasil, 1980-1995).

	Homicídios por 100 mil hab. (1980-1984)	Homicídios por 100 mil hab. (1985-1989)	Homicídios por 100 mil hab. (1990-1995)	Mudança (%) 1985-89/ 1980-84	Mudança (%) 1990-95/ 1985-89	Mudança (%) 1990-95/ 1980-84
Brasil	14,8	18,3	22,6	23,6	23,5	58,0
Rondônia	24	45,5	38,6	89,6	-15,2	60,8
Acre	10	20,2	22	102,0	8,9	120,0
Amazonas	10,3	11,6	17,3	12,6	49,1	68,0
Roraima	17,7	23,2	40,2	31,1	73,3	127,1
Pará	10,8	13,2	14,2	22,2	7,6	31,5
Amapá	9,7	11,9	24,7	22,7	107,6	154,6
Tocantins	nd	7,2	8,4	nd	16,7	nd
Maranhão	3,5	6,2	8	77,1	29,0	128,6
Piauí	4,4	4,6	4,3	4,5	-6,5	-2,3
Ceará	9,6	8,7	10	-9,4	14,9	4,2
Rio G. Norte	8,5	7,3	9	-14,1	23,3	5,9
Paraíba	12	13,6	12,3	13,3	-9,6	2,5
Pernambuco	23,8	32,6	37,2	37,0	14,1	56,3
Alagoas	21,1	27,1	25,9	28,4	-4,4	22,7

Quadro 3. (continuação)

	Homicídios por 100 mil hab. (1980-1984)	Homicídios por 100 mil hab. (1985-1989)	Homicídios por 100 mil hab. (1990-1995)	Mudança (%) 1985-89/ 1980-84	Mudança (%) 1990-95/ 1985-89	Mudança (%) 1990-95/ 1980-84
Sergipe	7,7	5,9	20,1	-23,4	240,7	161,0
Bahia	4,1	6,6	9,7	61,0	47,0	136,6
Minas Gerais	8	7,1	7,2	-11,3	1,4	-10,0
Esp. Santo	16,8	25	38,5	48,8	54,0	129,2
Rio Janeiro	20,7	26,3	47	27,1	78,7	127,1
São Paulo	18,8	26,9	30,4	43,1	13,0	61,7
Paraná	12,9	11,9	14,3	-7,8	20,2	10,9
Sta. Catarina	7,4	6,9	7,8	-6,8	13,0	5,4
Rio G. Sul	8,3	11,3	15,9	36,1	40,7	91,6
Mato G. Sul	19,5	18,9	25,2	-3,1	33,3	29,2
Mato Grosso	7,5	21,5	19,9	186,7	-7,4	165,3
Goiás	17,1	17,7	17,8	3,5	0,6	4,1
DF	14,3	21,6	33,7	51,0	56,0	135,7

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM ((in CATÃO, 1999:37).

nd = não disponível

**Quadro 4.** Mudança em taxas de homicídio por arma de fogo (Brasil, 1980-1995).

	Homicídios por 100 mil hab. (1980-1984)	Homicídios por 100 mil hab. (1985-1989)	Homicídios por 100 mil hab. (1990-1995)	Mudança (%) 1985-89/ 1980-84	Mudança (%) 1990-95/ 1985-89	Mudança (%) 1990-95/ 1980-84
<b>Brasil</b>	5,4	7,6	11,7	40,7	53,9	116,7
<b>Rondônia</b>	13,0	24,7	21,0	90,0	-15,0	61,5
<b>Acre</b>	3,8	10,0	11,6	163,2	16,0	205,3
<b>Amazonas</b>	3,9	5,6	8,7	43,6	55,4	123,1
<b>Roraima</b>	0,6	0,8	16,2	33,3	1925,0	2600,0
<b>Pará</b>	5,7	7,2	8,5	26,3	-18,1	49,1
<b>Amapá</b>	3,8	4,6	11,3	21,1	145,7	197,4
<b>Tocantins</b>	nd	4,1	3,5	nd	-14,6	nd
<b>Maranhão</b>	1,3	2,6	3,5	100,0	34,6	169,2
<b>Piauí</b>	1,3	1,5	1,4	15,4	-6,7	7,7
<b>Ceará</b>	3,3	2,8	4,1	-15,2	46,4	24,2
<b>Rio G. Norte</b>	4,2	3,7	5,1	-11,9	37,8	21,4
<b>Paraíba</b>	4,4	5,5	6,4	25,0	16,4	45,5
<b>Pernambuco</b>	13,5	21,9	25,8	62,2	17,8	91,1
<b>Alagoas</b>	10,5	13,1	13,4	24,8	2,3	27,6
<b>Sergipe</b>	2,7	2,7	11,7	0,0	333,3	333,3
<b>Bahia</b>	1,8	3,4	6,1	88,9	79,4	238,9

**Quadro 4.** (continuação)

	Homicídios por 100 mil hab. (1980-1984)	Homicídios por 100 mil hab. (1985-1989)	Homicídios por 100 mil hab. (1990-1995)	Mudança (%) 1985-89/ 1980-84	Mudança (%) 1990-95/ 1985-89	Mudança (%) 1990-95/ 1980-84
<b>Minas Gerais</b>	2,8	2,5	3,2	-10,7	28,0	14,3
<b>Esp. Santo</b>	6,0	10,8	19,1	80,0	76,9	218,3
<b>Rio Janeiro</b>	13,3	17,1	37,9	28,6	121,6	185,0
<b>São Paulo</b>	4,3	8,0	11,3	86,0	41,3	162,8
<b>Paraná</b>	6,0	5,5	7,5	-8,3	36,4	25,0
<b>Santa Catarina</b>	2,9	3,2	3,6	10,3	12,5	24,1
<b>Rio G. Sul</b>	3,0	5,0	10,0	66,7	100,0	233,3
<b>Mato G. Sul</b>	10,5	9,8	14,3	-6,7	45,9	36,2
<b>Mato Grosso</b>	2,9	10,0	9,6	244,8	-4,0	231,0
<b>Goiás</b>	7,4	8,9	9,4	20,3	5,6	27,0
<b>DF</b>	6,0	12,6	22,1	110,0	75,4	268,3

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM (in CATÃO, 1999:57).  
nd = não disponível

Em 1998, as doze regiões metropolitanas registraram 56,7% do número total de mortes resultantes de homicídios ou agressões no país, enquanto a população dessas áreas representava 36,7% da população brasileira. As duas maiores regiões metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro) registraram 15.896 homicídios, ou 37,9% do número total de homicídios. As duas maiores cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) registraram 8.826 homicídios, ou 21% do número total de homicídios.

Com relação à distribuição de crimes violentos entre os diferentes grupos sociais, a maioria das vítimas de homicídio são homens (Quadro 5). A taxa de homicídio para homens aumentou de 21,2/100 mil em 1980 para 43,5/100 mil em 1996 (+105,2%). Mas a taxa de homicídio para mulheres também

**Quadro 5.** Taxa de homicídio e gênero (Brasil, 1990-1995).

	Homicídios por 100 mil hab./ Total	Homicídios por 100 mil hab./ Homens	Homicídios por 100 mil hab./ Mulheres
1980	11,7	21,2	2,3
1981	12,9	23,4	2,5
1982	12,9	23,4	2,5
1983	14,1	25,6	2,7
1984	15,6	28,8	2,7
1985	14,9	27,3	2,6
1986	15,5	28,6	2,7
1987	17,1	31,7	2,8
1988	17,0	31,4	2,9
1989	20,5	38,1	3,3
1990	22,0	40,9	3,5
1991	20,8	38,3	3,6
1992	19,1	35,3	3,2
1993	20,3	37,4	3,4
1994	21,3	39,3	3,7
1995	23,9	44,0	4,2
1996	23,7	43,5	4,4

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM (in CATÃO, 1999:38).

aumentou substancialmente de 2,3/100 mil em 1980 para 4,4/100 mil em 1996 (+91,3%).

Com relação à faixa etária, houve um aumento significativo da taxa de homicídio para a população de idade entre 15 e 22 anos de idade (Quadros 6 e 7). No estado do Rio de Janeiro, a taxa média de homicídio para a população de 15 a 17 anos aumentou de 15,2/100 mil em 1980-84 para 55,5/100 mil em 1990-95 (+265%). Para a população de 18 a 21 anos, essa taxa aumentou de 38,4 para 99/100 mil no mesmo período (+157%).

No estado de São Paulo, a taxa média de homicídio para a população de 15 a 17 anos aumentou de 18,3/100 mil em 1980-1984 para 38,3/100 mil em 1990-1995 (+109%). Para a população de 18 a 21 anos, essa taxa aumentou de 38,3 para 73,3/100 mil no mesmo período (+91%).

Em 1995, a taxa de homicídio para a população de 18 a 21 anos atingiu 139/100 mil no Rio de Janeiro, estado com a taxa de homicídio mais alta para esse grupo, 94/100 mil no Amapá, 90/100 mil no Distrito Federal, 86/100 mil em Roraima, 84/100 mil no Espírito Santo e 78/100 mil em São Paulo (CATÃO, 1999:18).

### Desigualdade social

Mapas de criminalidade mostram que as mais altas taxas de homicídio são registradas na periferia das grandes cidades e regiões metropolitanas, onde os problemas de pobreza, desemprego e falta de habitação e serviços básicos, incluindo saúde, educação, transporte, comunicações, segurança e justiça, são particularmente agudos. É também nessas áreas onde, apesar da transição para a democracia na década de 1980, graves violações de direitos humanos continuam a ocorrer — incluindo execuções sumárias, tortura e detenções arbitrárias pela polí-

**Quadro 6.** *Mudança em taxas de homicídio e idade (Rio de Janeiro, 1980-1995).*

	Homicídios por 100 mil hab. (1980-1984)	Homicídios por 100 mil hab. (1985-1989)	Homicídios por 100 mil hab. (1990-1995)	Mudança (%) 1985-89/ 1980-84	Mudança (%) 1990-95/ 1985-89	Mudança (%) 1990-95/ 1980-84
<b>Total</b>	20,7	26,3	47,0	27,05	78,71	127,05
<b>0-9</b>	0,6	0,6	0,9	0,00	50,00	50,00
<b>10-14</b>	1,9	2,4	4,8	26,32	100,00	152,63
<b>15-17</b>	15,2	22,4	55,5	47,37	147,77	265,13
<b>18-21</b>	38,4	52,3	99,0	36,20	89,29	157,81
<b>22-24</b>	44,6	54,3	100,7	21,75	85,45	125,78
<b>25-29</b>	44,5	55,3	85,4	24,27	54,43	91,91
<b>30-34</b>	37,7	51,0	70,1	35,28	37,45	85,94
<b>35-39</b>	30,4	38,4	57,9	26,32	50,78	90,46
<b>40-44</b>	24,5	26,8	43,7	9,39	63,06	78,37
<b>45-49</b>	19,8	22,0	35,0	11,11	59,09	76,77
<b>50-59</b>	14,4	14,6	22,6	1,39	54,79	56,94
<b>+ 60</b>	10,1	9,9	11,4	-1,98	15,15	12,87

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM (in CATÃO, 1999:51).

**Quadro 7.** *Mudança em taxas de homicídio e idade (São Paulo, 1980-1995).*

	Homicídios por 100 mil hab. (1980-1984)	Homicídios por 100 mil hab. (1985-1989)	Homicídios por 100 mil hab. (1990-1995)	Mudança (%) 1985-89/ 1980-84	Mudança (%) 1990-95/ 1985-89	Mudança (%) 1990-95/ 1980-84
<b>Total</b>	18,8	26,6	30,4	41,49	14,29	61,70
<b>0-9</b>	1,0	1,0	1,0	0,00	0,00	0,00
<b>10-14</b>	2,2	3,8	3,5	72,73	-7,89	59,09
<b>15-17</b>	18,3	33,6	38,3	83,61	13,99	109,29
<b>18-21</b>	38,3	62,4	73,3	62,92	17,47	91,38
<b>22-24</b>	39,6	55,3	69,8	39,65	26,22	76,26
<b>25-29</b>	36,3	50,6	61,7	39,39	21,94	69,97
<b>30-34</b>	33,3	45,4	48,7	36,34	7,27	46,25
<b>35-39</b>	27,9	38,0	40,8	36,20	7,37	46,24
<b>40-44</b>	23,3	29,1	31,3	24,89	7,56	34,33
<b>45-49</b>	19,4	21,3	24,4	9,79	14,55	25,77
<b>50-59</b>	14,6	16,2	16,0	10,96	-1,23	9,59
<b>+ 60</b>	9,0	9,9	8,4	10,00	-15,15	-6,67

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus/SIM (in CATÃO, 1999:51).



**Quadro 8. Mudança em taxas de homicídio (cidade de São Paulo, 1996-1999).**

Distrito	1996	1999	Dif. (%)	Distrito	1996	1999	Dif. (%)
Jd. Ângela	94,42	116,23	23,10	Vila Leopoldina	37,77	49,61	31,37
Sé	89,42	107,62	20,35	Pirituba	41,58	49,23	18,38
Cidade Ademar	90,79	106,06	16,82	Cidade Líder	41,72	49,02	17,50
Jd. São Luis	69,90	103,75	48,42	Limão	36,92	48,88	32,40
Iguatemi	54,56	100,11	83,47	Bom Retiro	36,00	48,69	35,27
São Rafael	60,10	96,16	60,00	Jaraguá	46,36	48,56	4,76
Grajaú	60,17	95,62	58,93	Erm. Matarazzo	37,08	48,40	30,51
Campo Limpo	80,23	93,83	16,96	Cangaíba	24,52	47,95	95,52
Brás	37,52	93,47	149,16	Vila Prudente	38,85	47,84	23,16
Capão Redondo	86,39	93,02	7,67	Vila Sônia	42,88	47,51	10,79
Brasilândia	80,34	92,31	14,90	São Lucas	26,28	47,24	79,74
Parelheiros	66,66	91,52	37,29	Aricanduva	29,54	46,89	58,76
Cid. Tiradentes	54,12	88,88	64,22	Ponte Rosa	31,49	45,45	44,35
Pedreira	65,87	82,09	24,61	Vila Guilherme	29,90	45,01	50,55
Morumbi	77,85	81,71	4,96	Campo Grande	51,87	44,41	-14,38
Cidade Dutra	70,37	80,64	14,58	Barra Funda	34,88	43,46	24,59
Cachoeirinha	68,17	77,75	14,05	São Domingos	39,78	42,12	5,88
Sapopemba	46,70	77,68	66,35	Santo Amaro	55,58	42,02	-24,41

**Quadro 8 (continuação)**

Distrito	1996	1999	Dif. (%)	Distrito	1996	1999	Dif. (%)
Itaim Paulista	63,09	76,82	21,77	Freguesia do Ó	33,03	41,78	26,50
Jaçanã	47,98	76,39	59,21	Tucuruvi	24,53	38,44	56,74
Rio Pequeno	66,40	74,51	12,20	Casa Verde	37,12	38,15	2,79
Pq. do Carmo	48,10	72,70	51,14	Penha	24,43	37,71	54,40
Guaianazes	92,16	72,62	- 21,21	Anhanguera	31,55	36,01	14,13
Sacomã	63,19	67,45	6,74	Belém	32,89	32,10	- 2,41
Artur Alvim	47,99	66,83	39,26	Mandaqui	23,55	30,77	30,69
Vila Jacuí	58,01	65,67	13,19	Butantã	28,04	30,74	9,65
Vila Maria	38,88	64,48	65,85	Cambuci	12,47	29,41	135,85
Itaquera	58,54	64,47	10,12	Tatuapé	16,78	28,99	72,74
Lajeado	63,23	64,45	1,93	Lapa	22,24	28,06	26,15
São Miguel	43,36	63,96	41,02	Vila Matilde	27,17	28,01	3,10
São Mateus	65,60	62,35	- 4,95	Vila Formosa	32,83	26,91	- 18,02
Jaguará	44,33	61,95	39,73	Campo Belo	43,59	26,88	- 38,33
Jardim Helena	57,43	61,79	7,59	Mooca	23,50	26,11	11,11
José Bonifácio	33,69	60,98	81,03	Bela Vista	38,54	25,49	- 33,86
Socorro	54,74	59,70	9,07	Água Rasa	15,00	21,42	42,78
Vila Curuçá	49,73	59,08	18,80	Consolação	17,07	19,60	14,82

Quadro 8 (continuação)

Distrito	1996	1999	Dif. (%)	Distrito	1996	1999	Dif. (%)
Tremembé	30,72	57,80	88,18	Pinheiros	12,95	19,49	50,57
República	40,28	57,11	41,78	Santana	29,55	19,27	-34,80
Jabaquara	69,69	57,05	-18,14	Itaim Bibi	22,59	19,18	-15,09
Vila Medeiros	35,07	55,69	59,81	Saúde	21,23	19,16	-9,75
Pari	51,85	54,16	4,45	Carrão	25,19	18,19	-27,78
Perus	48,89	53,79	14,71	Liberdade	13,99	18,04	28,95
Ipiranga	30,85	53,55	73,52	Alto de Pinheiros	15,80	16,49	4,37
Jaguara	31,10	53,02	70,45	Perdizes	9,64	14,73	52,82
Raposo Tavares	47,03	50,74	7,89	Santa Cecília	27,70	33,75	50,35
Marsilac	80,94	50,70	-37,36	Vila Mariana	15,30	11,55	-24,53
Cursino	48,05	50,09	4,25	Garden Paulista	6,72	8,22	22,30
Vila Andrade	38,80	50,07	29,05	Moema	14,84	4,11	-72,26

Fonte: Fundação Seade (in Folha de S.Paulo).

Quadro 9. Mudança em taxas de homicídio (Região Metropolitana de São Paulo, 1996-1999).

Cidade	1996	1999	Dif. (%)
Diadema	129,49	149,76	15,65
Embu-Guaçu	61,68	136,57	121,41
Itapeverica da Serra	111,19	105,70	-4,93
Itapevi	54,87	83,76	70,88
Barueri	49,90	92,59	85,55
Francisco Morato	51,04	86,56	69,59
Jandira	45,26	83,29	84,02
Itaquaquecetuba	66,05	82,89	25,50
Embu	105,19	81,50	-22,53
Taboão da Serra	64,80	79,09	20,51
Guarulhos	56,65	72,13	27,30
Osasco	58,69	69,41	18,28
Mauá	57,30	67,64	18,05
Rio Grande da Serra	34,63	66,40	91,73
Cotia	30,81	59,70	93,79
São Bernardo do Campo	58,02	58,86	5,07
Santana do Parnaíba	33,39	57,89	73,35
Santo André	44,29	53,84	21,55
Carapicuíba	47,08	53,68	14,02
Ferraz de Vasconcelos	39,51	47,97	21,41
Cajamar	44,92	44,01	-2,03
São Lourenço da Serra	29,74	43,57	46,54
Arujá	35,68	43,52	22,05
Juquitiba	32,09	43,44	35,40
Mairiporã	50,30	42,94	-14,62
Suzano	36,04	41,87	16,16
Franco da Rocha	64,23	41,54	-35,33
Poá	29,54	37,96	28,51
Caieiras	24,50	33,00	34,67
Ribeirão Pires	28,77	28,58	-0,65
Santa Isabel	33,89	27,64	-18,44
Pirapora do Bom Jesus	47,85	25,03	-47,70
São Caetano do Sul	17,88	23,80	32,15
Guararema	22,23	22,20	-0,12
Vargem Grande Paulista	37,80	21,75	42,45
Mogi das Cruzes	29,17	21,42	-26,57
Biritiba Mirim	24,95	14,01	-43,85
Salesópolis	7,55	—	-100,00

Fonte: Fundação Seade (in Folha de S.Paulo).

cia e por grupos ligados à segurança privada e ao crime organizado (PINHEIRO, 2000, CARDIA, 2000).

Na cidade de São Paulo, em 1999, a taxa de homicídio por 100.000 habitantes variou de 4,11 em Moema (na região central) para 116,23 no Jardim Ângela (na periferia sul). Em Diadema, cidade da região metropolitana de São Paulo, a taxa de homicídio atingiu 149,76. Contrastes semelhantes foram verificados no Rio de Janeiro e em Salvador (CEDEC, 1997a, 1997b, 1996a, 1996b).

Nas áreas rurais, homicídios e graves violações de direitos humanos tendem a acontecer em áreas distantes dos grandes centros, onde o Estado e a sociedade civil estão ausentes ou são frágeis e há conflitos intensos e violentos entre proprietários rurais, trabalhadores sem terra, garimpeiros e grupos indígenas. Nessas áreas, entretanto, é muito mais difícil obter informação sobre homicídios e graves violações de direitos humanos. A imprensa e as organizações não-governamentais são as principais e às vezes as únicas fontes de informação sobre esses problemas (PINHEIRO e MESQUITA NETO, 1999).<sup>9</sup>

### Explicações e interpretações

Estudos sobre as causas do aumento da criminalidade e da violência ainda estão sendo realizados. Esses estudos influenciam e são influenciados não apenas por debates acadêmicos/teóricos mas também por debates públicos/políticos. Em parte, esse é o resultado da importância crescente da criminalidade e da violência como problemas políticos e do papel desempe-

9. Entre as organizações não-governamentais registrando e relatando casos de violência e graves violações de direitos humanos, em áreas rurais, estão o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Missionário Indigenista.

nhado por cientistas sociais em organizações governamentais e não-governamentais desde o processo de transição para a democracia (ZALUAR, 1999, PAIXÃO, 1986, ADORNO, 1983).

A maioria dos analistas concorda que a qualidade das informações sobre criminalidade e violência melhorou desde a transição para a democracia. Está claro que melhorias na capacidade da polícia de registrar ocorrências criminais contribuíram para o aumento das taxas de criminalidade em muitos estados. Entretanto, o aumento dessas taxas não pode ser atribuído exclusivamente a melhorias no registro de ocorrências criminais, mas reflete um aumento real da criminalidade e da violência no país.

Há diversos fatores contribuindo para o aumento da criminalidade e da violência no Brasil. Analistas de disciplinas, perspectivas teóricas e posições políticas diferentes tendem a enfatizar fatores diferentes e a propor soluções diferentes para o problema. É possível identificar três perspectivas analíticas principais no debate sobre as causas e as soluções do problema do aumento da criminalidade e da violência, que podem ser caracterizadas como "econômica", "política" e "social".

A abordagem econômica enfatiza a contribuição para o crescimento da criminalidade e da violência de fatores econômicos como a pobreza, o desemprego, as desigualdades econômicas e os conflitos de classe (MARICATO, 1995, OLIVEN, 1980, WEFFORT, 1980). Essa abordagem focaliza o impacto negativo e desestabilizador das crises econômicas, do processo de desenvolvimento do capitalismo e mais recentemente da globalização. Explica o crime e a violência como estratégias de sobrevivência e luta em uma sociedade caracterizada por alto grau de desigualdade econômica e conflito social.

Essa abordagem tem sido particularmente útil para análises da violência política e da violência entre classes ou grupos sociais diferentes, praticada por membros dos grupos dominantes e agentes estatais contra membros de outros grupos, ou vice-

versa, em áreas urbanas e rurais. Entretanto, essa abordagem é menos útil quando se trata de explicar a violência interpessoal, não política, e particularmente a violência em que autor e vítima pertencem a um mesmo grupo social.

A abordagem política enfatiza a contribuição para o aumento da criminalidade e da violência de fatores diminuindo a capacidade do Estado, e particularmente da polícia, de manter a lei e a ordem através da prevenção e da repressão de ações ilegais e violentas. Mais especificamente, esses analistas enfatizam o enfraquecimento das instituições estatais e das organizações policiais e o fortalecimento e a internacionalização das organizações criminosas (CARDOSO, 2000, SILVA FILHO, 2000, FLORES, 1992, VIDIGAL, 1989).

Essa abordagem focaliza os efeitos desestabilizadores e negativos dos processos de modernização, globalização e democratização. Explica o crime e a violência como estratégias para maximizar interesses individuais, em uma sociedade caracterizada por baixo grau de controle social e alto grau de impunidade. Tem sido particularmente útil para análises do crime organizado, mas menos útil para analisar o crime e a violência interpessoal.

A abordagem social enfatiza a contribuição para o crescimento da criminalidade e da violência de fatores diminuindo a capacidade da sociedade civil de assegurar o Estado de Direito e os direitos civis, políticos e sociais fundamentais para a maioria da população. Mais especificamente, esses analistas enfatizam a fragilidade das instituições e práticas responsáveis pela proteção dos direitos do cidadão e da pessoa humana e pela resolução de conflitos por meios legais e pacíficos (PINHEIRO, 2000, 1996, CARDIA, 2000, CALDEIRA, 2000, ADORNO, 1999, 1998, PANDOLFI et al., 1999, SOARES, 1996).

Essa abordagem chama a atenção para a longa história de autoritarismo, discriminação racial e desigualdade social no

Brasil. Também chama a atenção para o alto grau de continuidade no processo de transição para a democracia, a existência de um autoritarismo socialmente implantado e de uma cultura da violência na sociedade. Por fim, essa abordagem chama atenção para a capacidade limitada dos governos democráticos e das organizações da sociedade civil de consolidar o Estado de Direito e as instituições e práticas para garantir os direitos do cidadão e da pessoa humana.

Dessa perspectiva, o crime e a violência são explicados como estratégias para a solução de conflitos em um contexto caracterizado por problemas agudos de desigualdade social, discriminação racial e instituições e práticas democráticas ainda frágeis. Essa abordagem tem sido particularmente útil em análises do crime e da violência interpessoal, dentro do mesmo grupo, classe ou comunidade, e das graves violações de direitos humanos que continuam a ocorrer desde a transição para democracia.

Fatores adicionais contribuindo para o aumento da criminalidade e da violência, particularmente no Rio de Janeiro, são a disseminação de armas de fogo e drogas na sociedade e o desenvolvimento de organizações criminosas associadas ao comércio ilegal de drogas e armas de fogo (ZALUAR, 1999, SOARES, 1996).

### **Respostas para o aumento da criminalidade e da violência**

A primeira resposta ao aumento da criminalidade e da violência foi o aumento do número de agentes empregados em serviços públicos e privados de segurança e na quantidade de recursos investidos em serviços de segurança.

O número de policiais militares aumentou de 185 mil em 1981 para 234.700 em 1985, 243 mil em 1991 e 339.762 em 1995.

O número de policiais civis (incluindo a polícia civil, a polícia federal e as guardas municipais) aumentou de 105.200 em 1985 para 154.400 em 1995. Portanto, de 1985 a 1995, o número de policiais militares e civis e guardas municipais aumentou de 339.900 para 494.162 (+45,4%).<sup>10</sup>

Em 2000, o Brasil tinha 505.412 policiais (365.900 na polícia militar, 103.903 na polícia civil, 20.220 em corpos de bombeiros militares, 7.051 na polícia federal e 8.338 na polícia federal rodoviária).<sup>11</sup> No estado de São Paulo, que tem a maior população e a maior força policial do país, o número de policiais militares aumentou de 54.767 em 1982 para 82.021 no ano 2000 (+49,8%). O número de policiais civis aumentou de 16.265 em 1982 para 36.883 no ano 2000 (+126,8%). O número total de policiais aumentou de 71.032 policiais em 1982 para 118.904 no ano 2000 (+67,4%).

Apesar da transição para a democracia e da virtual ausência de ameaças externas, o número de militares nas forças armadas aumentou de 272.550 em 1981 para 296.700 em 1991 e 336.800 em 1994, caindo posteriormente para 291 mil no ano 2000.<sup>12</sup>

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar 97/99 estabelecem que não apenas a polícia mas também as forças armadas são responsáveis pela manutenção da lei e da ordem. A Política de Defesa Nacional de 1996 estabeleceu que as forças armadas devem estar preparadas para proteger o país da ação de grupos armados e organizações criminosas, particularmente na região da fronteira com Colômbia, Peru e Bolívia, mas também dentro do território nacional (ÁLVARES, 2000).

10. Informação para 1981 e 1991, Mesquita Neto (1995) e IISS (1994). Informação para 1985 e 1995, Garotinho (1998).

11. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

12. Mesquita Neto (1995), IISS (1994) e *O Estado de S. Paulo*, "Poder de defesa", 17 de outubro de 2000.

Além do aumento do número de pessoas empregadas na segurança pública, o número de pessoas empregadas na segurança privada aumentou de 640.500 em 1985 para aproximadamente 1 milhão em 1995.<sup>13</sup> Os investimentos em segurança privada ultrapassaram os investimentos em segurança pública. Um estudo recente estimou em R\$ 18 bilhões os gastos anuais em segurança no setor público e em R\$ 22 bilhões no setor privado.<sup>14</sup>

O aumento do efetivo das polícias e dos investimentos em serviços de segurança foi acompanhado pela expansão do número de pessoas presas: de 28.538 em 1969 para 88.041 em 1988, 126.152 em 1993, aproximadamente 170 mil em 1997 e 216.780 em julho de 2000.<sup>15</sup>

Todos os investimentos em segurança pública e privada e o aumento do encarceramento não produziram uma diminuição da violência na sociedade brasileira. Apesar do aumento no número de policiais e guardas municipais de 339.900 em 1985 para 494.162 em 1995 (+45,4%), a taxa de homicídio aumentou de 14,9/100 mil em 1985 para 23,9/100 mil em 1995 (+60,4%).

No estado de São Paulo, apesar do aumento do número de policiais de 71.032 em 1982 para 116.564 em 1998 (+64,1%), a taxa de homicídio aumentou de 16/100 mil em 1982 para 36,1/100 mil em 1996 (+125,6%).

13. Garotinho (1998:87). Esse número não inclui os policiais que fazem "bico" na segurança privada e outras pessoas que não estão legalmente ou regularmente empregadas na segurança privada.

14. Ver "Aumento da violência faz setor privado gastar mais que Estado", em *Folha*, 4 de julho de 2000. De acordo com estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o custo da violência no Brasil pode chegar a US\$ 65 bilhões (LONDOÑO e GUERRERO, 1999).

15. Agradeço a Fernando Salla, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, informações sobre o número de presos em 1969, 1988, 1993 e 1997. Ver IBGE (1972), e *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* 1:2 (1994). As informações de 2000 são do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Justiça/Departamento Penitenciário Nacional.

Grupos conservadores argumentam que os investimentos em serviços de segurança ainda não foram suficientes para conter o aumento da criminalidade e da violência. Argumentam também que o controle da criminalidade e da violência exige não apenas investimentos em serviços de segurança mas também a expansão da autoridade e do poder da polícia e, se necessário, das forças armadas, para manter a lei e a ordem.

Grupos progressistas argumentam que já houve um investimento excessivo em serviços de segurança e que, mais do que esse tipo de investimento, o controle da criminalidade e da violência requer mudanças nas políticas econômicas e sociais para reduzir a pobreza e a desigualdade. Deste ponto de vista, políticas de estabilização econômica contrabalançaram os efeitos dos investimentos em segurança e criaram condições favoráveis para o aumento da violência.

Grupos no centro do espectro político argumentam que o problema não é tanto a magnitude do investimento quanto a qualidade dos serviços de segurança. Em particular, esses grupos argumentam que a redução da violência exige reformas para aperfeiçoar o controle sobre a qualidade dos serviços de segurança e de justiça, expandindo o acesso a esses serviços e garantindo a prestação de contas dos responsáveis por esses serviços perante a lei, a comunidade e os cidadãos.

O debate é muito importante. Entretanto, o problema é que o crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade social, da falta ou má qualidade dos serviços de segurança e da disseminação de armas e drogas. Resulta também da incerteza política e dos conflitos institucionais não resolvidos durante a transição para a democracia, que enfraquecem o impacto das ações para aperfeiçoar os serviços de segurança e justiça.

### **Incerteza política e conflito institucional**

Desde a transição para a democracia, há grande incerteza quanto à estrutura do sistema de segurança pública, particularmente sobre o papel do governo federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, mas também sobre o papel da sociedade civil e do setor privado no controle e na prevenção da criminalidade.

A Constituição Federal promoveu mudanças limitadas na estrutura do sistema de segurança pública estabelecido durante o regime autoritário. Entretanto, desde então, há um processo, ainda incipiente e reversível, de reforma e descentralização do sistema de segurança pública. Desse processo, fazem parte:

- A limitação do papel das forças armadas na área da segurança pública (MESQUITA NETO, 2000, 1999).
- A adoção do policiamento comunitário pela polícia militar em diversos estados do país (MESQUITA NETO, 1999, MUNIZ et al., 1997).
- A criação e o fortalecimento de conselhos comunitários de segurança.
- A criação de guardas municipais em diversas cidades do país.
- A expansão dos serviços de segurança privada.

Esse processo de descentralização contribui para reduzir a distância separando os prestadores dos serviços de segurança e as comunidades e pessoas que pagam por esses serviços diretamente ou através de impostos. Entretanto, esse processo aumentou o fosso separando a Constituição Federal de 1988 e a estrutura e o funcionamento do sistema de segurança pública. Esse processo também intensificou os conflitos sobre as regras constitucionais regulando a estrutura e o funcionamento do sistema de segurança pública:

- Há grupos defendendo a expansão e há grupos defendendo a limitação do papel das forças armadas na área da segurança pública.
- Há grupos a favor e grupos contra a criação de uma nova polícia federal, uma espécie de guarda nacional para desempenhar o papel atualmente desempenhado pelas forças armadas na preservação da lei e da ordem.
- Há grupos a favor e grupos contra a unificação da polícia militar e da polícia civil nos estados.
- Há grupos a favor e grupos contra a criação de polícias municipais.
- Há grupos a favor e grupos contra o desenvolvimento do policiamento comunitário e dos conselhos comunitários de segurança.
- Há grupos a favor e grupos contra a expansão dos serviços de segurança privada.

Esses conflitos enfraquecem e deslegitimam as regras constitucionais regulando a organização e a atuação das forças armadas, polícias e guardas municipais no país. Tornam mais difícil, se não impossível, o exercício do controle interno e externo sobre a atuação desses órgãos no controle da criminalidade e na manutenção da ordem pública para assegurar que esta não apenas seja eficaz, eficiente e imparcial mas também esteja sujeita à lei, proteja os direitos dos cidadãos e esteja de acordo com as expectativas da comunidade.

A incerteza política e os conflitos institucionais na área da segurança pública desde a transição para a democracia não estão direta ou automaticamente relacionados ao aumento da criminalidade e da violência. Mas são agravados pelo aumento da criminalidade e da violência e, por outro lado, dificultam o aperfeiçoamento dos serviços públicos e privados de segurança, sem o qual é difícil, se não impossível, reduzir a criminalidade e a violência.

### Perspectivas para o futuro

Múltiplos fatores contribuem para o aumento da criminalidade e da violência no Brasil. O problema do controle da criminalidade e da violência não pode ser resolvido simplesmente através da redução da pobreza e da desigualdade social e/ou aumento da capacidade repressiva e/ou preventiva do Estado. É preciso ainda melhorar a qualidade dos serviços de segurança e justiça, assegurando o acesso da população a esses serviços e particularmente o respeito à lei e aos direitos do cidadão por parte dos responsáveis pela prestação desses serviços.

Organizações da sociedade civil, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, defendem reformas para melhorar a qualidade dos serviços de segurança e justiça. Respondendo a essas pressões, o governo federal lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996 e o Plano Nacional de Segurança Pública em 2000.<sup>16</sup> Os dois programas são extremamente inovadores e importantes, mas são passos iniciais em um longo processo de mudança das políticas de segurança e justiça no Brasil. Além disso, a opinião pública nos estados está dividida em relação às reformas dos serviços de segurança e justiça.

Ainda é preciso verificar se esses dois programas, com o apoio do governo federal e de organizações da sociedade civil, serão capazes de reduzir o grau de incerteza política e conflito institucional, impulsionar reformas e melhorar a qualidade dos serviços de segurança e justiça. Ou, alternativamente, se esses programas serão também fragilizados e inviabilizados pela incerteza política e pelos conflitos institucionais que têm fragilizado ou inviabilizado programas e políticas governamentais na área da segurança e da justiça desde a transição para a democracia.

16. Os dois programas estão na internet ([www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)). Sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, ver Pinheiro e Mesquita Neto (1999, 1998, 1997).

### Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. A alienação da autoridade: notas sobre violência urbana e criminalidade. In: REIS VELLOSO, João Paulo (Org.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*, 11(2), p. 129-153, 1999.
- \_\_\_\_\_. Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. In: ZAVERUCHA, Jorge (Org.). *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Recife: Bagaço, 1998.
- \_\_\_\_\_. A criminalidade violenta urbana no Brasil: um recorte temático. *Boletim Informativo Bibliográfico*, 35, p. 3-24, 1983.
- ÁLVARES, Écio. O Ministério da Defesa e a segurança pública. In: REIS VELLOSO, João Paulo, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Org.). *Pobreza, cidadania e segurança*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- BRICEÑO-LEON, Roberto, CARNEIRO, Leandro Piquet, CRUZ, José Miguel. O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela. In: PANDOLFI, Dulce C., CARVALHO, José Murilo, CARNEIRO, Leandro Piquet, GRYSZPAN, Mário (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARDIA, Nancy. *Urban violence in São Paulo*. Washington, DC: Woodrow Wilson Center, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Atitudes, valores e normas culturais em relação à violência*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- CATÁO, Yolanda. *Mortes violentas: um panorama dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (manuscrito)
- CEDEC. *Mapa de risco da violência — cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Cedec, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *Mapa de risco da violência — cidade de Salvador*. São Paulo: Cedec, 1997b.
- \_\_\_\_\_. *Mapa de risco da violência — cidade de Curitiba*. São Paulo: Cedec, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *Mapa de risco da violência — cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedec, 1996b.
- CPDOC-FGV/ISER. *Lei, justiça e cidadania: direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/Isfer, 1997.
- FLORES, Mário César. *Bases para uma política militar*. Campinas: Unicamp, 1992.
- GAROTINHO, Anthony. *Violência e criminalidade no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Huma, 1998.
- IBGE. *Participação político-social 1988: justiça e vitimização* (v. 1). Brasília: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Anuário estatístico 1972*.
- IISS. *The military balance*. 1994-1995.
- KAHN, Tulio. Pesquisas de vitimização. *Revista do Ibmud*, 10, 1998.
- LONDOÑO, Juan Luis, GUERRERO, Rodrigo. *Violência em América Latina: epidemiologia y costos*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1999.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MESQUITA NETO, Paulo de. Police, armed forces and democracy in Brazil. In: AMIR, Menachem, EINSTEIN, Stanley (eds.). *Policing, security and democracy*. Huntsville, TX: OICJ Press, 2000 (Forthcoming).
- \_\_\_\_\_. Fuerzas armadas, policías y seguridad pública en Brasil: instituciones y políticas gubernamentales. In: RUT DIAMINT (ed.). *Control civil y fuerzas armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Universidad Torcuato Di Tella e Nuevobacer, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Policiamento comunitário: a experiência em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 7(25), p. 281-292, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *From intervention to participation: the transformation of military politics in Brazil, 1974-1992*. PhD Dissertation, Columbia University, New York, 1995.



- MUNIZ, Jacqueline et al. Resistências e dificuldades no programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, 9(1), p. 197-213, 1997.
- OLIVEN, Ruben George. A violência como mecanismos de dominação e como estratégia de sobrevivência. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, 23(3), p. 371-376, 1980.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, Fábio Wanderley, O'DONNELL, Guillermo (Org.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1986.
- PANDOLFI, Dulce C., CARVALHO, José Murilo, CARNEIRO, Leandro Piquet, GRZYNSZPAN, Mário (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Brazil: the burden of the past, the promise of the future. *Daedalus* 129(2), p. 119-143, 2000.
- \_\_\_\_\_. O passado não está morto; nem passado é ainda. In: DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *São Paulo sem medo*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio, MESQUITA NETO, Paulo de. *Primeiro relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça/Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. Direitos humanos no Brasil: perspectivas no final do século. *Pesquisas 11 - Cinquenta Anos da Declaração Universal de Direitos Humanos*, 1988.
- \_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. *Estudos Avançados* 30, 1997.
- SILVA FILHO, José Vicente. Reflexões para uma política nacional de segurança pública. In: REIS VELLOSO, João Paulo, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Org.). *Pobreza, cidadania e segurança*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Relume Dumará, 1996.

- VIDIGAL, Armando Ferreira. *Las nuevas Fuerzas Armadas e los nuevos problemas de la seguridad*. Santiago, Chile: Comisión Sudamericana de Paz, 1989. (Documentos de Trabajo 8)
- WEFFORT, Francisco. Atitude diante da violência. *Ciência Penal* 1, p. 122-130, 1980.
- ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELL, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-1995* (Antropologia, v. 1). São Paulo e Brasília: Editora Sumaré e Capes, 1999.
- ZVEKIC, U. et al. (eds.) *Criminal victimization in the developing world*. Roma: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute, 1995.

#### Internet

- Fundação Seade: [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)  
Ministério da Justiça/Brasil: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)  
Ministério da Saúde/Datasus: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)

## Resumo

*O artigo analisa o crescimento da criminalidade e da violência no Brasil desde a transição para a democracia, mostrando que esse aumento está distribuído desigualmente e concentrado em áreas geográficas e grupos sociais específicos.*

*O autor sugere que a incerteza política e os conflitos institucionais sobre o papel do governo federal, dos governos estaduais, dos governos municipais, da sociedade civil e do setor privado na área da segurança pública contribuem para o crescimento da criminalidade e da violência no país.*